

Procedimento concursal comum com vista à ocupação imediata de 1 posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, destinado a titulares de licenciatura em Conservação e Restauro (CNAEF 210, 211, 215 ou 225), para exercício de funções na Divisão de Museus

ATA N.º 2

Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas 10h11, reuniu, na sala de reuniões do Departamento de Recursos Humanos sito no Edifício Cascais Center na Rua Manuel Joaquim Avelar, n.º 118, piso 1, 2750-421 Cascais, o Júri do procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de 1 posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, destinado a titulares de licenciatura em Conservação e Restauro (CNAEF 210, 211, 215 ou 225), para exercício de funções na Divisão de Museus, aberto por deliberação da Câmara Municipal de Cascais de 20 de fevereiro de 2024, nos termos da proposta n.º 153/2024 [DRH].

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente – Filipa Pimenta Nunes, Técnica Superior (Conservação e Restauro) na Câmara Municipal de Lisboa.

1.º Vogal efetiva – Maria de Jesus Ventura, Diretora do Departamento de Museus e Promoção Cultural;

2.º Vogal suplente – Luísa Andrade, Chefe da Divisão de Recrutamento e Gestão de Mobilidade.

A reunião do Júri teve como finalidade deliberar sobre os seguintes assuntos, que constituíram a ordem de trabalhos da reunião:

1. A reunião do Júri teve por objeto apreciar as candidaturas formalizadas no âmbito do presente procedimento concursal, nomeadamente o preenchimento dos requisitos exigidos e a apresentação dos documentos essenciais à admissão ou avaliação dos candidatos, nos termos do preceituado nos n.ºs 1 e 2 do artigo 16.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, doravante designada por “Portaria”.

2. Após a devida análise da totalidade das candidaturas submetidas, o Júri aferiu que os candidatos identificados na lista vertida no anexo designado por “Anexo I”, que, para todos os efeitos, se considera parte integrante desta Ata, não demonstraram, pelos fundamentos aí descritos, reunir os

requisitos de admissão plasmados no Diário da República aviso n.º 13488/2024/2, 2.ª série, n.º 126, e na Bolsa de Emprego Público (BEP), com o código de oferta OE202407/0100, ambos de 02 de junho.

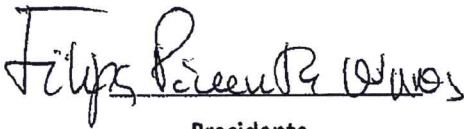
3. Atendendo a este circunstancialismo, deliberou este Júri notificar os aludidos candidatos, para efeitos da audiência dos interessados, da intenção de os excluir, conforme disposto no n.º 4 do artigo 16.º da Portaria e do artigo 122.º do Código do Procedimento Administrativo, com a informação de que as alegações a produzir deverão ser apresentadas em formulário próprio disponível em:

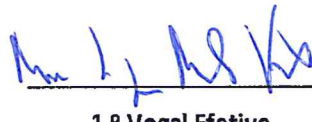
https://www.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/formulario_exercicio_do_direito_de_participacao_de_interessados.pdf.

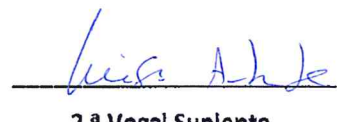
4. Por último, foi elaborada a lista provisória dos candidatos admitidos, constante no anexo designado por "Anexo II", que para todos os efeitos faz igualmente parte integrante da presente Ata, tendo, da mesma forma, sido deliberada a respetiva notificação de admissão, de harmonia com o preceituado na segunda parte do sobredito n.º 4 do artigo 16.º da Portaria.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, pelas 11h00, da qual foi elaborada a presente Ata, que, depois de lida e votada nominalmente, foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada pelos elementos do Júri presentes.

O Júri


Presidente


1.ª Vogal Efetivo


2.ª Vogal Suplente